

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Lula Marques/Agência Brasil

Eduardo Braga quer concluir reforma até o dia 20

Reforma tributária: muita exceção e pouca regra

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Vanderlan Cardoso (PSD-GO), se encontrará nesta terça-feira (10) com o senador Efraim Filho (União-PB) para tratar da reforma tributária. Efraim é o relator do grupo especial que Vanderlan criou na CAE para tratar da reforma tributária. A intenção é reunir tudo o que Efraim recolheu nas audiências da comissão para levar, no início da semana

que vem, como sugestão ao relator da reforma tributária, Eduardo Braga (MDB-AM). Braga pretende concluir seu relatório até o final da semana para tentar aprová-lo até o final do mês de outubro. Talvez não seja uma tarefa fácil. Na CAE, diversos segmentos da economia procuraram Efraim sobre a reforma. E a avaliação que ficou é que 95% deles, pelo menos, querem ser exceção na reforma.

Alíquota

Há um temor generalizado com a sensação de que a alíquota do novo imposto será muito alta, em torno de 29%. E todos buscam uma excepcionalidade que os livre dessa alíquota. O problema é que muitas exceções acabaria por manter a atual confusão tributária.

Zona Franca

Mesmo antes de a reforma chegar ao Senado e ter Eduardo Braga, um amazonense, como relator, já estariam resolvidas excepcionalidades para a Zona Franca. O problema é que isso poderia abrir brechas para que outros setores também tentassem soluções melhores.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Efraim e Vanderlan: relatório como sugestão

Como não é oficial, mudança iria como sugestão

A CAE não quer fazer parecer que Efraim Filho fará um relatório paralelo. Até porque, pela regra acordada, não é oficial a passagem da reforma pela Comissão de Assuntos Econômicos. Ali seria apenas um espaço de debates. Mas entregar um conjunto de sugestões a partir das audiências ali ocorridas e das propos-

tas que foram levadas pelos vários segmentos. Vanderlan quer fazer um registro oficial dessa entrega a Eduardo Braga, deixando claro que não é uma imposição, mas uma colaboração. Sua intenção era fazer isso ainda esta semana, o que não conseguirá por causa do feriado de Nossa Senhora Aparecida, na quinta-feira (12).

Conselhos

Aceitas ou não as sugestões da CAE, já há mudanças consideradas certas no Senado com relação ao que foi aprovado na Câmara. Uma dessas mudanças envolve o Conselho Federativo, que definirá como será feita a distribuição dos tributos pelos estados.

Tramitação

Aprovada a PEC, boa parte da regulamentação virá depois por lei complementar. O Senado quer que parte desses projetos tenha origem nos senadores, e não na Câmara, para não dar à Câmara a palavra final em todas as situações. O papel de cada Casa será discutido.

Sabatina

Vai se sugerir que os integrantes do conselho sejam sabatinados e aprovados pelo Senado, como ocorre com as agências reguladoras. Se não todos os integrantes, que assim seja feita pelo menos com o nome escolhido para presidir. Para que, de fato, represente a Federação.

Consenso

Como se trata de uma proposta de emenda constitucional, promulgada pelas duas Casas, é preciso que haja um consenso. Essa talvez seja a dificuldade de manter a agenda pretendida. Alterações no Senado precisam ser analisadas e referendadas pela Câmara.

Briga do Marco Temporal agora chega à Presidência

STF já considerou inconstitucional, mas vai à sanção de Lula

Jefferson Rudy/Agência Senado

Por Ana Paula Marques

Apesar de já ter deixado claro ser contrário ao Marco Temporal das terras indígenas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vem sendo aconselhado a não vetar o projeto que estabelece a data de promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988, como data base de demarcação das terras indígenas. Tem ganhado força, na base do governo, o entendimento de que ele deve derrubar apenas alguns trechos do texto. O tema divide agora o governo entre um núcleo ambientalista e um núcleo político, que quer evitar novos conflitos com o Congresso.

A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, disse que irá entregar um parecer jurídico ao presidente para que ele vote por completo o projeto aprovado no Congresso Nacional há duas semanas. Outros nomes com os quais o presidente deve ter desgaste se aprovar o projeto são a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o ministro dos Direitos Humanos, Silvério Almeida.

Já o núcleo político tem aconselhado Lula a fazer apenas vetos parciais, mantendo a ideia original do Marco Temporal. No caso, tais conselhos vêm do ministro da Casa Civil, Rui Costa, e do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Os dois argumentam que o STF já considerou o tema inconstitucional. E que, assim, Lula teria um desgaste desnecessário com o Congresso caso vetasse o texto. Contra essa ideia, os ambientalistas argumentam que um veto parcial sinalizaria que o governo concordaria com a ideia da data da promulgação da Constituição como marco temporal.

Lula tem até dia 20 deste



Presidente Lula veta ou não o Marco Temporal das terras indígenas?

mês para decidir, e vem sendo aconselhado a vetar somente os “jabutis” itens incluídos no texto, que não têm ou que possuem pouca relação com o projeto que tramita. Mesmo que seja vetado por completo, o PL volta para o Congresso Nacional, onde a Câmara dos Deputados e o Senado Federal farão uma sessão para analisar o veto. Se formada maioria, o veto do presidente pode ser derrubado.

Como vem noticiando o Correio da Manhã, Legislativo e Judiciário vivem um conflito há algumas semanas, que, com a decisão de Lula, estende-se agora também para o Executivo. Ainda em setembro deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a tese que validaria o marco temporal e isso a tornou inconstitucional. Porém, o projeto de lei com o mesmo objetivo ainda continuou em tramitação nas casas do legislativo.

Se Lula sancionar o projeto ou se o Congresso derrubar seu veto, parece inevitável que o STF será chamado outra vez

para julgar a questão. E provavelmente irá reforçar o que já decidiu quanto à inconstitucionalidade do Marco Temporal.

Desgaste

É por conta disso que os conselheiros políticos têm aconselhado Lula a não vetar integralmente o projeto. O presidente vem despendendo, desde o início do seu mandato, esforços e recursos para fazer com que a relação com os parlamentares seja a melhor possível. A razão por trás disso, explica o analista político da BMJ Consultores Associados, Bernardo Nigri, é que uma de suas prioridades são suas propostas econômicas.

“Um exemplo foi a minirreforma ministerial, onde vimos ingresso de políticos que não são necessariamente muito bem vistos pela base eleitoral do governo entrando em ministérios que antes eram ocupados por figuras queridas. Um acordo muito claro para o governo ter garantia de uma base de suporte no Congresso para apro-

vação de futuras propostas”.

Ele explica também que, para o governo, tendo em vista essa intenção de manter uma boa relação com o Congresso, é melhor que o ônus de derrubar essa lei fique com o STF. “O presidente tem pensado no futuro, como, por exemplo, a reforma tributária, que é uma medida de bastante interesse. Seria muito vantajoso para ele aprovar ainda este ano, já que tem um timing político bastante sensível, caso não seja aprovado agora” disse.

Apesar disso, a pauta ambiental é bastante sensível para o presidente deixar passar sem vetar pelo menos alguns trechos, explica o analista.

“O governo tem interesse em negociar para manter um equilíbrio entre a sua base eleitoral e a sua base de suporte no Parlamento, uma equação difícil”, avalia o analista. “Um veto mais duro, mesmo que seja ele integral ou na maioria dos trechos da lei aprovada, tem um custo político para os parlamentares se colocarem muito contra o governo”.

TSE começa a julgar ações contra Bolsonaro e Lula

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Ana Paula Marques

Começa nesta terça-feira (10) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o julgamento de novas possíveis irregularidades cometidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante as campanhas eleitorais de 2022. As acusações são de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação, ambos crimes previstos na legislação eleitoral. As ações podem levar a uma nova condenação por inelegibilidade. Bolsonaro já foi considerado inelegível por conta do evento que promoveu com embaixadores quando era presidente para questionar o sistema eletrônico de votação.

A acusação vem do Partido Democrático Trabalhista (PDT), sigla que teve Ciro Gomes como candidato à Presidência no ano passado. O partido pede a inelegibilidade de Bolsonaro e de seu candidato a vice, o general Braga Netto, por suposto crime eleitoral, abuso do poder político e o uso indevido dos meios de comunicação devido a uma live, realizada pelo ex-presidente, em 18 de agosto de 2022, onde ele aparece mostrando “santinhos” e pede votos para si e para outros políticos.

Ao todo, foram 17 ações abertas contra o ex-presidente e ele segue sendo alvo de 15 delas na Corte Eleitoral. Caso seja decretado novamente inelegível, não haverá a soma dos dois prazos e



Julgamento começa hoje contra o ex-presidente

apesar de estar sendo julgado, o ex-presidente não será preso por conta deste caso, já que essa ação no TSE não é de âmbito penal.

Já a partir de 17 de outubro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também será julgado no tribunal. A acusação é de que, ele e o vice-presidente, Geraldo Alckmin, teriam promovido “notícias fraudulentas” e “omitiram do eleitorado” informações verídicas sobre o caso do triplex. Pela denúncia, os dois teriam pago por anúncios no Google para direcionar buscas de palavras-chave, como “Lula condenação”, “Lula Triplex”, “Lula corrupção PT”, para páginas a favor do presidente.

A acusação vem da coligação

Pelo Bem do Brasil, dos partidos que apoiaram o ex-presidente Bolsonaro na última eleição. Segundo a coalizão, Lula e o atual vice-presidente abusaram do poder econômico e dos meios de comunicação, além de respectivamente, violar a “igualdade de oportunidades” nas comunicações.

Inelegibilidade

Em junho deste ano, o TSE decidiu, por 5 votos a 2, determinar a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro por oito anos por abuso de poder político, uso indevido dos meios de comunicação e por atacar, sem provas, o sistema eleitoral, já que as declarações feitas pelo ex-presidente colocavam em dúvida a

segurança das urnas e do processo eleitoral brasileiro.

Na última sexta-feira (6), a defesa de Bolsonaro recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão. Apesar de ter sido feita para a Suprema Corte, o documento foi protocolado inicialmente no próprio TSE, onde passará por uma análise do presidente da Corte, ministro Alexandre de Moraes, que irá decidir se a ação tem os requisitos para ir ao STF ou não.

Os advogados questionam a inclusão no processo da chamada “minuta do golpe”, documento apreendido em janeiro pela Polícia Federal (PF) na casa do ex-ministro Anderson Torres, para reverter o resultado do segundo turno da eleição presidencial em que o presidente Lula saiu vencedor.

Segundo a defesa, o material não poderia ser usado como prova no julgamento, pois “se trata de ‘documento’ produzido após os resultados das eleições, sem relação direta com o tema objeto da ação, que deverá ser analisado nas instâncias próprias”. Esse documento foi encontrado no armário do ex-ministro durante a busca e apreensão realizada em janeiro.

Em setembro, o TSE já tinha rejeitado outro recurso dos advogados, os chamados embargos de declaração. O pedido pretendia sanar omissões e contradições na determinação que condenou Bolsonaro.